

ESTUDOS AFRICANOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PARADIGMAS E DINÂMICAS DO TERRITÓRIO AFRICANO

Vinícius Guimarães Reis Gonçalves

Vínculo Institucional: Mestrando no programa de pós-graduação em economia política internacional-PEPI/UFRJ.

E-mail para contato: vinicius.goncalves@pepi.ie.ufrj.br

Resumo:

Este artigo tem como objetivo abordar uma literatura crítica em relação ao discurso apriorístico e determinista que discorre sobre a natureza, e por consequência formação histórica, do Estado e das Relações Internacionais nas sociedades africanas. Com base nessa premissa nota-se a existência de diagnósticos, referentes aos Estados Africanos, que a partir de visões inerentemente negativas sobre as sociedades e economias analisadas, chegam a conclusões enviesadas. Portanto, discute-se sobre algumas das dificuldades inerentes, e por tanto inevitáveis, de toda pesquisa no campo das RI que envolva, de alguma forma, os países africanos em seu objeto de estudo. A região, territorialmente e culturalmente extensa, do continente Africano demanda um olhar crítico sobre a dicotomia das questões que envolvem o ambiente doméstico e o internacional, de maneira a abrir novas perspectivas e agendas de pesquisa.

Palavras-chaves:

Relações Internacionais; Estudos Africanos; EPI

Abstract:

This article aims to address a critical literature in relation to the aprioristic and deterministic discourse that discusses the nature, and consequently historical formation, of the State and International Relations in African societies. On the basis of this premise one can note the existence of

diagnoses concerning the African States, which, based on inherently negative views on the societies and economies analyzed, arrive at biased conclusions.

Therefore, some of the inherent, and therefore unavoidable, difficulties of any research in the field of IR that somehow involves African countries in their object of study is discussed. The territorially and culturally extensive region of the African continent demands a critical look at the dichotomy of the issues surrounding the domestic and international environment in order to open new perspectives and research agendas.

Keywords:

International Relations; African Studies; IPE

Introdução

Os desafios contemporâneos enfrentados pelos países em desenvolvimento, aqueles que se encontram marginalizados dentro do *status quo* do sistema internacional, demandam que se pense, dentro e fora da academia, além de uma literatura tradicional. Em relação aos Estados Africanos, e por consequência o espaço geográfico do continente em seu contexto histórico, percebemos uma situação de alta complexidade. Dependendo da ótica, e da metodologia, aplicada podemos identificar um “espaço em conflito”¹, sejam por disputas regionais mal compreendidas por observadores de fora ou pela busca por posições privilegiadas efetuada por atores endógenos, que muitas vezes acaba por “assustar” pesquisadores na hora de se elaborar determinadas agendas de pesquisa. Assumindo a complexidade dos fatores, devemos questionar quais seriam os passos iniciais, dentro do campo das RI, para pesquisas e produções que tenham o continente africano como objeto de estudo.

A produção científica demanda uma base metodológica e teórica que reforce/contraponha as conclusões alcançadas ou problemáticas levantadas. A historiografia acaba sendo um bom ponto de partida neste aspecto, pois permite que o pesquisador em si enxergue um quadro mais amplo. Em relação ao continente, a dispersão das populações africanas ao redor do globo, via tráfico de escravos e questões migratórias, a conjuntura internacional da luta colonial contra o imperialismo e a historiografia pré colonial da formação das unidades territoriais são algumas agendas de pesquisa que permitem a elaboração de uma análise mais concisa sobre as questões estruturais que afetam o território supracitado. No que concerne o recorte de tema, no tempo e no espaço, todo esse conjunto de

fatores acabam trazendo uma carga *a priori* que impacta diretamente nas escolhas subsequentes.

A história dos Estados africanos, e suas Nações/Impérios, tende a ser retratada sobre determinados vieses e paradigmas que contaminam análises e trabalhos, sejam eles de cunho acadêmico ou voltados para o estabelecimento de políticas públicas. A “ocidentalização” da historiografia africana tem como reflexo o estabelecimento de análises apriorísticas e deterministas que estão muito mais preocupadas em reforçar um determinado senso comum, ou projeto, que não coincide com a realidade. Renega-se a “dimensão histórica” africana “pré-colonial” e como as diferentes estruturas econômicas e de poder, já estabelecidas se moldaram, resistiram ou foram subjugadas em um vasto período histórico². Os povos autóctones, tanto das regiões costeiras quanto do interior, estabeleceram comunidades, tribos e impérios marcados pela presença de políticas heterogêneas, tanto no espaço quanto no tempo, e identidades étnicas fluídas e assimilativas³.

As fragilidades econômicas e políticas que alguns dos Estados Africanos enfrentam atualmente podem ser melhor compreendidas em decorrência do impacto que a hemorrhagia demográfica e a exploração predatória do continente tiveram sobre o processo de formação da soberania desses Estados e sua inserção no cenário internacional. Paralelamente, a historiografia referente ao período pré-colonial permite a refutação de certos mitos civilizatórios que discorrem sobre a relação, na longa duração, entre os países europeus e as tribos e reinos do continente enquanto permite uma análise crítica sobre a

¹ A generalização aqui é proposital em decorrência de pressupostos que tendem “direcionar” os passos iniciais das pesquisas referentes a problemática abordada.

² Não tão longo quanto a *longue durée* Braudeliana mas suficientemente vasto para se perder, em diversos momentos, na perspectiva de análise.

³ É um erro comum a homogeneização dos povos africanos, especialmente devido a recortes de fronteira que não necessariamente refletem a realidade histórica das sociedades e grupos étnicos que ali habitam.

relação entre as “elites”⁴ africanas e o capital externo. A própria noção de Estado pode ser extremamente nociva à análise do território africano. Com base na *estatologia* aplicada as Relações Internacionais (CASTRO, 2012), vemos toda uma tradição teórica que se pauta, muitas vezes, sobre preceitos do que seriam “Estados modelos”⁵. A partir dessa compreensão entende-se a base das principais críticas exercidas por autores africanos e brasileiros⁶ sobre como diversas correntes teóricas são aplicadas aos países do território africano. Isso decorre devido ao desconectamento das agendas de pesquisa do contexto histórico do processo de formação dos Estados Africanos.

A noção de território, e por consequência o estabelecimento das fronteiras, seguindo a tradição da geografia política e da geopolítica⁷, acaba necessitando de modelos alternativos, quando aplicada ao espaço africano. Não é uma questão de buscar a “abjeção” a teorias existentes mas sim um diálogo que exponha os limites, que envolvem tanto o uso quanto o não uso de abordagens mais tradicionais, metodológicos que teorias de RI tem em um sentido histórico e epistemológico, devido a forma como se comportam os Estados e Instituições africanas. Isto também se aplica a Economia quando aplicada as Relações entre os Estados no Sistema Internacional como forma de compreender as principais dinâmicas globais e regionais sobre o funcionamento dos mercados.

Questões de Agenda: Como lidar com o espaço africano como objeto de estudo

⁴ As elites aqui configuram setores da sociedade que possuem monopólio sobre meios de produção e produtos importantes para o mercado externo, como o Petróleo, poder da coerção e da violência e/ou legitimidade política.

⁵ O que em si já gera juízos de valores, pois a partir do momento em que se tem um modelo ideal, todo o entorno que desvia do padrão acaba sendo visto como algo negativo enquanto não se adequar.

⁶ Entre eles Alberto Costa Silva, Anderson Ribeiro Oliva, Claude E. Ake, Irene Vida Gala, Thandika Mkandawire, Molefi Kete Asante e muitos outros.

⁷ Em seu sentido tradicional e clássico.

Um possível ponto de partida para as problemáticas levantadas envolve a desconstrução do mito de neutralidade. Tendo em mente a história, seja ela em sua vertente do dia a dia ou a aplicada em produções científicas, percebemos como o espaço africano é sobrecarregado com vieses e paradigmas. A escravidão, em seu fenômeno transatlântico, teve como uma das consequências a criação, e subsequente perpetuação, de pré conceitos sobre as sociedades africanas, impactando o entendimento da formação do seu espaço territorial até os dias de hoje. Focando na perspectiva das Relações Internacionais, a forma como se analisa a conjuntura de fatores políticos e culturais, no campo doméstico, tende a estar associada a visões normativas no campo estrutural ou econômico/diplomático. Determinados paradigmas conceituais (MAZAMA, 2003) descentralizam a agência de atuação dos africanos dentro do escopo da historiografia e das Relações Internacionais. Tendo em mente estes pressupostos parte-se para um questionamento sobre quais os melhores caminhos a serem tomados, independentemente do campo de análise.

Enquanto em um primeiro momento, pensando nos Estudos Africanos de uma maneira mais “generalizante”, determinadas correntes se apresentem como mais sedutoras⁸ para uma perspectiva crítica deveria se evitar o estabelecimento de “nichos”. Os Estados Africanos tem um papel secundário dentro do escopo teórico das Relações Internacionais, sendo analisados de maneira “reativa” a demanda de outros Estados ou como modelos que desviam da norma (padrão), não condizendo com pressupostos ocidentais. Os estudos africanos, em sua maioria, são estudos pós coloniais, o que cria um “guarda-chuva” teórico que enquanto em um primeiro momento parece gerar uma “base” de pesquisa, por outro ela tende a criar um problema: Como gerar novas metodologias ou agendas de pesquisa, que se contraponham ao aspecto secundário que a África

⁸ Principalmente no que concerne uma extensa bibliografia.

assume dentro das Relações Internacionais, fora do eixo pós-colonial e de suas limitações?

O território africano, como objeto de estudos, precisa de contínuos estímulos ao senso crítico, independente de qual seja o embasamento teórico aplicado, de maneira a construir uma visão que tanto insira os países do continente nas agendas de pesquisa já existentes quanto compreenda suas idiossincrasias. O ponto de partida é a criação de uma nova noção de agência e centralidade do papel desses países. Adotando uma perspectiva crítica, sobre a metodologia aplicada aos países do território africano, vemos que durante o período pós-colonial a forma como se deu a prospecção do acúmulo de capital, deste período em diante, tende a ser estudada com base em princípios e convicções (MKANDAWIRE, 2001) que reforçam um arcabouço ideológico incapaz de responder as demandas atuais destes países no que concerne questões desenvolvimentistas, políticas e/ou econômicas. Contextualizando os estudos geopolíticos e geoeconômicos, nota-se um padrão em que estes temas vem a tona devido a alguma ameaça, ou perigo latente, aos interesses de “potências” estrangeiras. Os recursos e matérias-primas do continente tem importância no desenvolvimento exógeno ao espaço do continente, secundarizando interesses internos.

Os estudos africanos no campo das Relações Internacionais tendem a ter suas agendas de pesquisa concebidas sob uma ótica de interesses exógenos, ou seja, respondem a algum desejo/acontecimento que tem como força motriz a agenda de política externa de alguma potência⁹. O mercado e a política externa de outros países conseguem instrumentalizar a norma discursiva de maneira a melhor avançar seus interesses sobre a região. Enquanto os países africanos variam na forma como seus recursos são explorados ou se inserem no mercado externo,

determinados aspectos estruturais e conjunturais do sistema internacional atingem a todos de maneira similar em sua complexidade.

Como consequência, temos o reforço a secundarização dos países africanos nas RI, o que gera como consequência um “afropessimismo” sobre os mesmos. Discussões sobre desenvolvimento ou progresso tendem a partir de premissas negativas sobre o continente, reforçando estereótipos e homogeneizando todo o largo espectro de unidades territórios e povos, com suas culturas e valores, que lá habitam. Assim sendo, cria-se a impressão de que os Estados Africanos tem sempre que focar seu capital político na busca por uma “normatização” que soa genérica e prende os mesmos numa profecia autorrealizável: Quanto mais eles se esforçam para atingir um padrão visto como “aceitável” por um amplo espectro de atores, com capacidade de ingerência em suas economias, mais eles se enquadram dentro dos estereótipos negativos. Neste caso vemos que a vulnerabilidade, dos mesmos, tem fatores estruturais, como a questão do câmbio ou a capacitação de investimentos estrangeiros, quanto subjetivos, que é a forma como os países e entidades locais se enxergam.

A questão dos conflitos, e áreas de atrito, internos entre os países africanos acabam não sendo muito explicados pela bibliografia de determinadas áreas, como a Economia Política Internacional ou a Cooperação Sul¹⁰. As grandes dinâmicas da balança de poder regional refletem diretamente como os países africanos se comportam na sua busca por parcerias estratégicas e na elaboração de seus projetos nacionais. Como referenciado ao longo do artigo, a busca pela quebra de determinados paradigmas não pode ter como consequência, *sine qua non*, a negação dos temas abordados pelos mesmos. Questões Geopolíticas e

⁹ Dai o aspecto “reativo” que o continente africano tem nas relações internacionais, a tendência a ser analisado a partir da agência de outros (com maior frequência das potências do SI).

¹⁰ É interessante ressaltar que a despeito de ambas áreas/subáreas terem em sua origem a busca por respostas alternativas a questões pertinentes a Relação entre os Estados no SI, ou a criação de protagonismo entre atores marginalizados, elas tendem, com frequência, a serem predominadas por paradigmas do status quo vigente.

Geeconômicas são extremamente importantes para a análise, independente da problemática teórica que envolve lidar com as mesmas, dos fenômenos que ocorrem no território.

No que concerne a construção de uma identidade comum, oriunda dos próprios africanos, o Pan-africanismo merece um destaque em especial, pois pode servir como uma excelente base¹¹ para a compreensão do processo histórico de formação dos Estados africanos e subsequente inserção no sistema internacional. Esta corrente ideológica, fulcral para o processo de descolonização, se fundamentou sob duas visões similares, porém diferentes, que direcionaram o debate intelectual no continente Africano. A primeira visão enxergava o Pan-Africanismo como um movimento global, que tinha como o objetivo a luta contra a opressão racial e exploração do continente (KAH, 2016), cujos vetores eram enxergados, principalmente, na Hegemonia Europeia. A segunda pregava que a luta contra o racismo e o colonialismo (KAH, 2016) seria a pedra fundamental no estabelecimento da União Africana(UA)¹² e por tanto condição sine qua non para a união do continente em torno de um projeto em comum.

As implicações da luta pela independência, sentidas ate hoje, traziam questões primordiais ao estabelecimento de projetos nacionais ou regionais: Os povos da África, ao se mobilizarem em conjunto, deveriam dar ênfase aos seus problemas regionais ou eles deveriam se posicionar na luta contra a opressão sofrida pelas populações negras e *diaspóricas* ao redor do mundo? Deveria a união dos povos africanos ser pautada apenas no embate contra um "inimigo" comum, em um primeiro momento o colonialismo e recentemente o neocolonialismo, ou a união deveria ter

como objetivo um combate sistêmico contra estruturas de opressão e desigualdade, exógenas e endógenas?

A dimensão historiográfica africana é erroneamente analisada com base em perspectivas "ocidentais", tanto sua história econômica quanto a pertinente a formação de seus estados. Isso reforça a postulação de vieses "civilizatórios", que reforçam uma noção de que a decorrência dos problemas regionais é inerente a estruturas defasadas e arcaicas¹³. Neste contexto, concebe-se que enquanto em um primeiro momento a importância da conjuntura externa é sobrestimada (MKANDAWIRE, 2001) por outro as dinâmicas, de longa duração, das sociedades capitalistas ocidentais são superestimadas como soluções ou "Modelos" a serem seguidos. Isto tende a criar um ambiente, também no meio acadêmico, que tende a procurar respostas ou soluções "fora" do escopo doméstico, tratado como nocivo ou ineficiente.

Deslocando o foco da análise para a UA, como espaço multilateral para a discussão de questões que envolvem o desenvolvimento da região, podemos identificar os impactos atuais de diversas questões mal resolvidas que acabam por limitar as capacidades tanto de investimento quanto avanço de pautas sociais:

"Over four million voluntary immigrants of African origin reside in the West. This 'voluntary' Diaspora is distinct from the vastly larger 'involuntary' Diaspora that populates North America, Europe, the Caribbean, and Brazil. On matters of African development, however, the interests of both groups often intersect"(PLAZA et RATA apud BANCO MUNDIAL, 2011)

A UA, em seu prognóstico sobre as condições do continente, identifica nesse fluxo migratório, tanto

¹¹ Especialmente na busca bibliográfica

¹² Fundada em 2001, em Adis Adeba na Etiópia. Um dos pilares de seus objetivos é a criação de um espaço coeso que possa agir, de maneira conjunta, como um relevante player global, até 2063. Busca-se garantir não apenas os interesses de seus Estados mas de todos os povos que estejam conectados, culturalmente ou historicamente, com o continente africano.

¹³ O afropessimismo acaba sendo aplicado as Relações Internacionais dos Estados africanos e estudos sobre as suas economias.

contemporâneo quanto histórico, uma enorme perda de potencial humano, *brain waste*, pois se vê nele uma mão-de-obra capacitada e intelectual que poderia ser aproveitada e que também possui laços “culturais” que convergiram com projetos de longo prazo. O capital humano presente na diáspora africana e nas migrações internas representa, na agenda 2063 da instituição, como um dos principais vetores de resolução de questões sócio-econômicas e avanço em P&D: Déficit de recursos humanos qualificados, com ênfase nas áreas de ciências básicas, engenharias e demais áreas tecnológicas e limitações nas relações entre os Governos, sociedades e setor privado.

Tendo este quadro em mente vemos uma intersecção entre problemáticas encontradas em assuntos domésticos e externos no que concerne o espaço, geográfico e econômico, africano. Outro ponto que fica bem claro, ao explorar o tema, é a dificuldade em aplicar agendas “positivas” ou progressivas ao continente. Em plena era de crescimento exponencial do potencial tecnológico, os países do continente são vistos como tão “atrasados” que cria-se uma barreira natural a discussão de temas como nanotecnologia, Inteligência Artificial, biomedicina e etc. Em termos de infraestrutura também se homogeniza as condições do continente, dificultando a identificação dos principais problemas locais. Contribuições positivas aparentam ser uma gota numa lagoa de infindáveis problemas.

Agendas de pesquisa: Conjuntura e análise histórica

Ao forcarmos na leitura efetuada pela UA, em concomitância com diretrizes do Banco Mundial(BM)¹⁴, sobre problemas chaves ao desenvolvimento do comércio, local e externo, identificamos as críticas efetuadas pelo BM em relação a capacidade de governança dos Estados

africanos. Os problemas “identificados” em suas lideranças respondem a lógica que generaliza, e simplifica, essas mesmas lideranças como entes corruptos e gananciosos por natureza (MKANDAWIRE, 2001), o que mais uma vez reforça as teses levantadas, em diversas pesquisas, sobre a necessidade de outros olhares sobre a política e a economia praticada pelos países africanos.

Por mais que seja inegável a relação entre as políticas predatórias efetuadas no território africano e a acumulação de renda e poder nas elites africanas, este fenômeno além de complexo não é “exclusivo” a região. Em relação a questão da corrupção nos Estados africanos, a discussão do assunto começou a assumir um outro aspecto normativo com o direcionamento da política externa chinesa, e por consequência a inserção de suas empresas em outros mercados e espaços econômicos, para o território africano. Com isso temos uma nova construção de paradigmas sobre o “neocolonialismo” que tendem, não surpreendentemente, a deixar a opinião dos próprios africanos a margem da discussão sobre o assunto.

O “neocolonialismo” é, em grande parte, problematizado por entes que estão mais preocupados na defesa dos interesses de seus países do que na moralidade da exploração do continente. A agência dos africanos, sobre quais seriam as principais ameaças externas aos seus interesses locais, é marginalizada dentro da disputa de poder do século XXI entre os principais *global players*. Ainda são raros os trabalhos que abordem discussões entre políticos e intelectuais africanos sobre a presença chinesa nos últimos anos. Desde o fim do período colonial, entidades do setor privado, com apoio de seus governos, se beneficiaram de golpes de Estado realizados contra governos africanos e subsequentes guerras civis, assumindo posições privilegiadas¹⁵. Em nenhum desses momentos questões referentes a direitos humanos ou a “moralidade” da operação destas empresas no que concerne os mercados

¹⁴ Que insiste que reformar pró mercado sejam feitas de maneira mais efusiva.

¹⁵ Ler KAH, MALOWITZ, NKRUMAH, FANON e outros.

locais e seus recursos naturais, foi considerado como um “impeditivo” ou questão de “ordem existencial”.

Nesse espectro de análise nota-se que similar ao que acontece com outras regiões do globo, decisões no campo das políticas públicas entre países tendem a negligenciar o espaço africano. Em contrapartida, momentos de “boom”, principalmente nos países emergentes, tendem a focar em reproduzir outros métodos de inserção no continente, suscitando discussões sobre subimperialismo, algo mais presente na vertente marxista de análise das Relações Internacionais, e o neocolonialismo, algo discutido pelos estudos pós coloniais e que encontra uma certa “legitimação” na forma como o neoliberalismo aborda os interesses de grandes potências, como China e EUA, no século XXI. Com base neste contexto, percebe-se a demanda pelo estímulo a criação de agendas positivas e propositivas no que concerne inovação, desenvolvimento e cooperação. Com base na conjuntura atual, respalda-se a inserção de agendas não tradicionais, discutidas em outros espaços do globo, dentro do contexto africano, como as demandas de uma sociedade cada vez mais interconectada com novas tecnologias e a gestão estratégica de recursos via comunidades globais. A geografia africana não é imune aos efeitos do aquecimento global ou questões de segurança alimentar, o que também cria a necessidade de construção de fóruns de diálogo que lidem com estes temas.

Seguindo essa linha de raciocínio, a desconstrução das problemáticas abordadas permite, e necessita, da construção de novos paradigmas e modos metodológicos. Neste sentido podemos adotar a Afrocentricidade, como teoria, de maneira a ter um ponto de partida. No campo ideológico, a reafirmação de agência da Afrocentricidade incute, em si, uma visão contra hegemônica e uma ética assertiva (ASANTE, 2016) que busca deslocar a forma como se retrata e estuda-se a temática africana. Não coincidentemente, alternativas ideológicas e teóricas africanas tendem a ter em suas raízes as palavras “resgate” e “independência”: O resgate do lugar dos africanos como

agentes de seu próprio destino reforça a luta, no campo intelectual e político, pela independência tanto material quanto subjetiva¹⁶.

No que concerne a inovação metodológica, Asante trouxe a epistemologia africana há um nível operacional (BENEDICTO *apud* MAZAMA, 2009) no sentido de ter organizado uma extensa tradição intelectual sobre o pensamento “afrocentrado”, já existente entre diversos setores sociais, em uma teoria. A partir de um ponto de partida primário, e embasado cientificamente, de que a vida humana como conhecemos começou na África o autor passa a explorar a diversidade e riqueza pertinente as civilizações que ali se formaram ao longo das eras, trazendo uma centralidade historiográfica. Com isso, concebe-se que estudos das Relações Internacionais que usem uma visão mais coerente da história africana em sua base de análise consigam quebrar barreiras e vieses já supracitados. Como indicativo disso temos as palavras do próprio autor:

“Um agente, em nossos termos, é um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses. Já a agência é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana....Quando consideramos questões de lugar, situação, contexto e ocasião que envolvam participantes africanos, é importante observar o conceito de agência em oposição ao de desagência. Dizemos que se encontra em desagência em qualquer situação na qual o africano seja descartado como ator ou protagonista do seu próprio

¹⁶ Não podemos relegar à importância da espiritualidade, religião e cultura dentro do amplo campo de diversidade étnica africana.

mundo” (BENEDICTO apud ASANTE, 2009a, p 94-95)

A Epistemologia e a Metodologia das Relações Internacionais precisa ser brevemente contextualizada de maneira a expor algumas das principais críticas em relação a determinados paradigmas vigentes. Seguindo a estrutura do manual sobre *Teoria das Relações Internacionais* do Cônsul Thales Castro, podemos estabelecer dois focos para a discussão. O primeiro se refere a *Estatologia* aplicada ao campo, principalmente no que se refere a formação do que se considera como o “Estado modelo” das Relações Internacionais. Este ponto é fulcral em todas as críticas construídas, principalmente por autores africanos, sobre o julgamento de valores, aparentemente inerente, aos Estados existentes no território africano. Essa noção, por ignorar todo o processo de formação das sociedades africanas no período que antecede a colonização, tende a se fragmentar quanto testada frente a realidade e outros pontos de vista. O segundo foco de discussão, que é uma síntese de duas grandes vertentes, envolve os limites metodológicos que a teoria do poder e a estrutura dos Estados e das instituições, tem em um sentido histórico e epistemológico. A própria noção de território e fronteiras, seguindo a tradição da geografia política e da geopolítica, e os arranjos políticos que decorrem de determinadas disputas acabam necessitando de uma busca por fontes “alternativas”. Não busca-se a “abjeção” das teorias existentes mas sim um dialogo que teste limites e sua aplicabilidade perante questões teóricas e problemas socioeconômicos contemporâneos.

No que concerne o continente africano, em um recorte temporal mais próximo da atualidade, elementos da Economia Política Internacional podem permitir o estabelecimento de uma base de análise. Akyus e Gore, em *African economic development in a comparative perspective*, expõem os aspectos normativos e dogmáticos nocivos a análise das economias africanas, o que reforça a necessidade

de rediscutir-se estes mesmos aspectos. Problemas sociais e econômicos, em um mundo cada vez mais integrado, tendem a responder, e serem causados, por fenômenos no campo doméstico e global. Nesta perspectiva, a Economia não se dissocia de questões subjetivas e nem se prende a apenas um ator, seja ele regional ou não. A geopolítica, economia e questões de “segurança”, no geral, tendem a gerar uma força gravitacional sobre as agendas de pesquisas do território africano. Em contrapartida aos interesses da política externa de outros países, este artigo, assim como outros trabalhos, direciona sua força para trazer a centralidade da questão, de maneira pertinente e em concomitância com a literatura abordada, o escopo e a visão dos países africanos sobre as RI. No que concerne a busca por alternativas ao *status quo* vigente, deve-se entender as vulnerabilidades desses países e a forma como opera a política externa dos mesmos, não dissociando-se da realidade ou reproduzindo visões monocromáticas sobre o que seria ou como se comporta a “África”.

A compreensão da História africana é fulcral na identificação da sua realidade (MACEDO 2017; COSTA E SILVA, 1992 et 2011) de maneira objetiva, pois ela por si desmitifica o tipo de conhecimento que reproduzimos enquanto ao mesmo tempo faz com que tenhamos que forçar ao limite nossos paradigmas, de maneira a refutá-los ou reafirmá-los, muitas vezes sobre outra lente, como demanda aspectos tanto qualitativos quanto quantitativos da produção científica. Por se tratar de um tema muito extenso, é sempre importante tentar conciliar essa compreensão da história de maneira objetiva e que auxilie os direcionamentos da pesquisa efetuada. Usando como exemplo a formação do Império Ashanti e subsequente interação com outros povos e entidades estrangeiras na região (REIS, 2019) podemos, em uma primeira análise, identificar o processo de construção histórica da região, hoje aonde se encontra o Estado de Gana, identificando tanto o processo de centralização do poder regional quanto a

interação com europeus e o comércio mundial na longa duração.

Enquanto foca-se muito na crítica sobre a forma como o continente africano é estudado pelos principais polos de produção científica, não podemos esquecer como a mesma é abordada em outras regiões do globo. No Brasil, como exemplo, muitas vezes fala-se da África de maneira homogênea e compacta (MACEDO, 2017), o que é uma consequência direta da forma como o conhecimento sobre o local é absorvido e reproduzido. Países periféricos não apenas reproduzem estereótipos sobre questões locais mas também os aplicam ao estudarem outras regiões do globo. Tendo o Brasil como exemplo, particularmente no que concerne a reprodução de uma visão eurocêntrica sobre a nossa formação como sociedade, é contraproducente analisar o espaço geográfico do continente africano sobre determinadas lentes. Pensando a política externa brasileira em um período de intensa busca por alternativas ao modelo vigente do SI ou a construção de parcerias multilaterais, nas mais diversas regiões do globo, vemos o quão importante se torna construir novas metodologias e abordagens.

Existe toda uma dinâmica intra-africana no que se refere a disputas locais por poder que acaba sendo relegada a um segundo plano nos mais diversos momentos e nas mais diferentes situações. A questão de “dar agência” aos africanos sobre seu destino também concebe a identificação de “responsabilidades” e questões que não necessariamente dependem de variáveis extra-africanas na sua concepção. Voltando a organização da UA como objeto de estudo e fazendo uma breve análise de seus membros, conseguimos identificar intensas disputas por posições privilegiadas e posicionamentos que embora encontrem um certo consenso entre membros mais “fracos” não o tem sobre os com maior capacidade de manobra econômica e política. Nigéria e África do Sul são exemplos de países que possuem uma agenda regional com objetivos de política externa que se sobressaem na região quando postos em perspectiva comparada a outros atores.

Problemas de ordem geopolítica, e questões como a pirataria ou o terrorismo, enquanto retroalimentados pela ingerência externa possuem causas identificadas na relação entre políticos e elites locais. As feridas históricas, a hemorragia demográfica e a intensa exploração de matérias-primas e outros bens¹⁷ tem fator decisivo nos fenômenos supracitados, porém é ingenuidade criar um prisma que isente de responsabilidade atores locais. Dar “agência” não é sinônimo de mitificar ou criar uma imagem surreal sobre o que foi a relação entre os povos africanos antes, durante e depois da colonização. As pesquisas devem ser capazes de apontar problemas e identificar fenômenos fugindo ao máximo de estereótipos rasos ou da reprodução de paradigmas datados.

Conclusão

Expandindo os escopos sobre a forma como a questão do desenvolvimento é tratada na África, conseguimos perceber que os sintomas dos problemas muitas vezes fogem do que seria considerado o “convencional”. Nas palavras de Moeletsi Mbielki, “Diferentemente do que a maior parte dos analistas acreditam, o problema dos países africanos não envolve a construção de um Estado mas sim de uma sociedade”¹⁸. Na síntese das palavras proferidas, assim como nos questionamentos supracitados no artigo, a “incapacidade” dos africanos em estabelecerem economias prósperas advém de desafios sociais e econômicos, que tem origens tanto domésticas quanto externas.

Em contrapartida, outros autores criticariam esta afirmação, considerando que os países, e povos africanos, só sofrem de problemas ditos como “civilizatórios” devido a um histórico de ingerências externas e apagamento da sua própria história. Outro erro que deve-se evitar é a

¹⁷ A escravidão demonstrou que até os homens podiam ser tratados como objetos e responder a uma lógica desumanizante porém mercadológica no que concerne a “propriedade privada” e o mercado externo.

¹⁸ Discursos proferido em 2010 para o Comando africano dos EUA.

homogeneização dos intelectuais africanos, que entre si, apresentam divergências sobre a forma como se abordam as questões tanto de ordem doméstica e internacional. O Panafricanismo ou Teorias Afrocêntricas possuem diversas vertentes que além de discordarem entre si muitas vezes tendem a se ancorar em teorias tradicionais na sua concepção, demonstrando assim uma pluralidade de idéias.

Focando nos aspectos teóricos, nota-se como as abordagens tradicionais tendem a enxergar as “dinâmicas” do território africano sobre um aspecto normativo (MKANDAWIRE, 2001) que tem como consequência a adoção de políticas que agem a partir da concepção de causas mal identificadas, aspectos inerentemente negativos sobre as sociedades e economias africanas, e “soluções” ineficazes, pautadas nas premissas capitalistas no que se refere os “porquês” dos Estados periféricos serem como são. Estas abordagens, contrariando a premissa do método científico em testar os paradigmas até o limite, procuram dados que reforcem estereótipos pré concebidos ao longo das décadas.

As perspectivas de análise de objetos de estudo e agendas de pesquisa que envolvam o continente africano, assumem dentro do campo das Relações Internacionais as mesmas dificuldades que o tema em si tende a encontrar em outros campos de estudo. Isto é, existe uma discussão intrínseca sobre os vieses que permeiam as análises, gerando determinadas questões normativas. Não se pode excluir o debate entre “homogeneização”, ou a generalização, e a diversidade, isto é as idiosincrasias pertinentes aos Estados. Generalizações não são por si só “más”, sendo que elas servem como uma ferramenta que auxilia a base de elaboração das pesquisas, o que deve se questionar é a forma como elas são aplicadas e até que ponto elas se fazem necessárias. Da mesma maneira uma hipercomplexidade e a abordagem de temas muito diversos pode acabar por prejudicar a criação de um trabalho que agregue valor aos Estudos Africanos no que concerne as Relações Internacionais.

Enquanto em um primeiro momento parece que um viés automaticamente exclui o outro, reforça-se que a diferenciação entre o doméstico e o internacional, dentro do processo decisório, não é o melhor caminho. Estudos críticos e revisionistas sobre a forma como a África é retratada pela bibliografia “ocidental” tem apresentando uma tendência de crescimento, em termos qualitativos e quantitativos, ao longo dos anos¹⁹. Porém, mesmo neste aspecto, nota-se que ainda existe uma demanda no campo das relações internacionais e da ciência política por literaturas de caráter exploratório que se aprofundem no tema ao proporem novas agendas e metodologias de pesquisa. É importante ressaltar que não se considera a necessidade de uma “total ruptura” ou separação dos estudos africanos dentro dos campos das RI, visto que em paralelo ao trabalho dos autores que questionam os paradigmas vigentes também se utilizou de autores “tradicionais”, como Putnam em *Diplomacy and Domestic Politics: The logic of two level games* e Strange em *International Economics and International Relations: A case of mutual neglect*. Na busca por uma base questionadora, o objetivo continua a ser com que o espaço africano, e as sociedades que o habitam, sejam alvo de um maior rigor científico dentro das RI, o que demanda uma maior agência dentro do campo.

Os governos africanos ainda tem um longo caminho na implementação de políticas voltadas para a captação de investimento e importação (AKYÜS et GORE, 2001). A UA, como organização multilateral, possui um ordenamento jurídico e institucional com capacidade, e autonomia relativa, para fomentar projetos no longo prazo, porém cabe aos atores políticos e sociais criarem uma engenharia social capaz de edificar a estrutura social necessária para o Estado desenvolvimentista (MKANDAWIRE, 2001). Os desafios africanos, não resolvidos nos últimos anos, demandam que se pense fora de uma literatura tradicional e de uma prescrição rasa que se utiliza de ferramentas metodológicas

¹⁹ Ver bibliografia citada.

que não coincidem com a realidade apresentada. Iniciativas de atores, estatais ou não, que queiram superar fatores delimitadores a políticas que busquem o desenvolvimento, devem considerar questões de longo prazo em concomitância com a conjuntura “imediata”, buscando a quebra dos padrões nocivos.

Analisar a região do continente africano, particularmente da África subsaariana, é um trabalho árduo que deve ser feito sem esquecer das peculiaridades de cada país. É um fenômeno recorrente a “generalização” das condicionantes que levam esses países a apresentarem determinados problemas sócio-econômicos, o que também faz com que as “soluções” a esses problemas sigam uma linha de raciocínio que muitas vezes não condiz com a realidade, tornando-se assim ineficaz. Mais uma vez identificamos um dos componentes do paradigma da profecia autorrealizável que “assombra” o continente. Estudar sobre o espaço africano é ter noção de um largo espectro de questões raciais que orbitam todo o entorno do trabalho. Contextualizando dentro das teorias das relações internacionais, e questões de política externa, vemos que o traslado das populações negras para fora do espaço africano, cujas raízes vem da escravidão transatlântica, esta associado a questões de violência, legitimada pelos Estados Africanos e não Africanos, como exposto por Mbembe em seu *livro crítica da razão negra* (2014).

A consequência da escravidão, em sua modalidade transatlântica, foi o apagamento das raízes, culturais e políticas, pertencentes as sociedades africanas ao longo dos séculos. Ainda existem muitas questões pertinentes as forças, econômicas e políticas, da conjunção entre o avanço do capitalismo, como sistema econômico e social, e do tráfico de escravos (REIS, 2017) que tem consequências contemporâneas sobre as estruturas do continente africano:

“Em relação a escravidão, nota-se que passados dois séculos do fim de sua ‘modalidade’ negra e transatlântica resquícios da mesma ainda se fazem presentes em nossa sociedade. Entre as reflexões que derivam deste trabalho temos as consequências contemporâneas da falta de políticas de inserção sócio econômicas dos antigos escravos e seus descendentes, a destruturação das estruturas de políticas de diversas unidades territoriais africanas, a forma como elas tiveram seu “comércio” direcionado aos interesses europeus ou a migração forçada de seus povos, e o que concerne os trabalhos “análogos” a escravidão que trazem profundos questionamentos sobre a relação entre as forças produtivas dentro da estrutura capitalista e a exploração...” (REIS, p. 13, 2017)

Superando o mito da neutralidade dentro do escopo da pesquisa, o autor deve repensar seu papel como intelectual na hora da elaboração dos seus objetivos. O saber científico ainda se encontra muito restrito a determinados polos de produção, desde *think tanks* a faculdades, no ambiente global. Portanto, ao se estudar um tema marginalizado dentro do campo das RI deve-se buscar a diversificação e não padronização do arcabouço epistemológico utilizado na produção científica. O processo de formação das colônias americanas e da própria hierarquia estatal, da forma como a conhecemos, no continente africano criou um intenso dinamismo que teve como consequência o fim de estruturas políticas e de poder seculares. O surgimento de novo arcabouços institucionais e

pactos locais nos dá uma perspectiva da importância em se compreender mais do período pré colonial africano. Construindo essa base, em que se entende o impacto da escravidão transatlântica e o escopo da historiografia africana, consegue-se conceber o fenômeno da colonização, e suas consequências atuais, de uma maneira que seja mais estruturada e crítica.

Com base na identificação deste “legado colonial”, tendo como contraponto o “legado pré colonial”, temos a fala de Fanon:

“A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congênitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial.... A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser...” (FANON, p. 26, 1961)

histórico e social, tem toda uma importância na formação das camadas sociais de diversos países, como EUA e Brasil, e regiões, como a América do Sul, que se refletem em questões sociais e econômicas atuais. A compreensão historiográfica da região de origem dos povos dispersos, em sua grande maioria pelo comércio e tráfico de escravos, auxilia na compreensão de inúmeras dinâmicas que explicam a forma como o espaço africano se insere no sistema internacional e seu ambiente doméstico. Por fim, este artigo de caráter exploratório, teve como objetivo expandir o eixo temático dos Estudos Africanos no que concerne as Relações Internacionais. A partir de uma visão crítica incorporou-se elementos da Economia Política Internacional e da História na análise efetuada.

Alberto Costa e Silva já afirmou²⁰, repetitivamente, que é “importante entender os africanos para melhor entender o Brasil”. A diáspora africana, como fenômeno

²⁰ Entrevistas e apresentações.

BIBLIOGRAFIA

AKE, Claude E. (2016). *Ciência Social como Imperialismo*. In: LAUER, Helen (Org.) et ANYDOHO, Kofi (Org.), *O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através das perspectivas africanas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

AKYÜS, Yılmaz et GORE, Charles (2001). *African economic development in a comparative perspective*. Cambridge journal of economics, 25, 265-288.

APPIAH, Kwame Anthony (1997). *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.

ASANTE, M. (2016). *Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia*. Ensaios Filosóficos, Volume XIV– Dezembro.

BARBOSA, Muryatan Santana (2012). *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. Tese apresentada ao programa de pós graduação em história social do departamento de história da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da universidade de São Paulo. São Paulo.

BENEDICTO, Matheus Bernado (2016). *Afrocentricidade, Educação e Poder: Uma crítica Afrocêntrica ao Eurocentrismo no Pensamento Educacional Brasileiro*. Tese apresentada à faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Educação. São Paulo.

BHORAT, H. (2015). *Inequality in Africa: Implications for Sustainable Development Goals*.

CANDIDO, M. P. (2013). *An African Slaving Port and the Atlantic World*. Cambridge: Cambridge U. Press.

CASTRO, Thales (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG.

COSTA E SILVA, Alberto (2003). *Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FANON, Frantz (1961). *Os condenados da terra*. França: Groove Press.

FANON, Frantz (1952). *Black Skins, White Masks*. França: Groove Press.

KAH, Henry Kam (2016). *Kwame Nkrumah and the Pan-African vision: Between acceptance and rebuttal*. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v.5, n.9, Jan./Jun, | p.141-164.

LOVEJOY, Paul E. (2002). *Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MACEDO, José Ivair (2017). *História da África*. São Paulo: Contexto.

MALOWIST, M. (2010). *A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África*. In: OGOT, Betwhell Allan (Ed.) *História Geral da África volume V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO.

MAZAMA, Ama (2003). *The Afrocentric Paradigm*. Trenton: Africa World Press.

MBEMBE, Achille (2014). *Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona.

MKANDAWIRE, Thandika (2001). *Thinking about developmental states in Africa*.

PLAZA, Sonia et RATHA, Dilia (org.). (2011). *Diaspora for development in Africa*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/World Bank.

PUTNAM, Robert D. (1988). *Diplomacy and Domestic Politics: The logic of two level games*. *International Organization*, Vol. 42, No. 3, pp. 427-460.

REIS, Vinícius Guimarães (2017). *O Fim do Tráfico de escravos sob a perspectiva da Economia Política Internacional*. Artigo apresentado durante o II Encontro de Economia Política Internacional (ENEPI). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REIS, Vinícius Guimarães (2019). *Mercadores da Morte: O Império Ashanti e o papel da escravidão na conexão entre a África Ocidental e o Mundo Atlântico*. Dissertação apresentada pelo acadêmico Vinícius Guimarães Reis Gonçalves ao programa de Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

STRANGE, Susan (1970). *International Economics and International Relations: A case of mutual neglect*. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs)*. Vol. 46, No. 2, pp. 304-315.

UNIÃO AFRICANA (UA). (2015). *Agenda 2063: The Africa we want*. African Union Commission (AUC). Disponível em: <http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/au/agenda2063.pdf> (acesso em 19/01/2019).

WILLIAMS, Eric (1944). *Capitalism and Slavery*. North Carolina: North Carolina University Press.